



"Quão Dificil Nos Temos Movido"

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS COMUNICADO NACIONAL 18/17

18 de Agosto de 2017



Organização Europeia de
Associações Militares

As Responsabilidades a Quem as Deve Ter!

Numa altura em que o governo decreta o dia 18 de Agosto de 2017 como dia de luto nacional pelas vítimas da queda de uma árvore na Região Autónoma da Madeira (transmitindo a Direcção da ANS a total solidariedade ao povo da Madeira em geral e em particular aos familiares das vítimas e dos feridos), na mesma altura em que o governo, por despacho do Primeiro-ministro e da ministra da Administração Interna, declara o estado de calamidade pública com efeitos preventivos em vários distritos do País, face à calamidade dos incêndios que têm mobilizado milhares de homens e mulheres, numa luta sem quartel para salvar vidas e bens, (homens e mulheres a quem a Direcção da ANS expressa o seu reconhecimento e agradecimento público), há porém outras responsabilidades que não devem ser esquecidas e que, em todo o momento, devem ser assacadas a quem tem a responsabilidade e missão de governar o País.

Em 17 de Agosto de 2017 noticiou o "Diário de Notícias" que *"Forças Armadas atraem candidatos, depois desiludem-nos."*!

Recordemos o que dissemos logo a abrir o nosso Comunicado Nacional 16/17, de 28 de Julho, "O Roubo não é só nos Paióis!":

"Chamando a atenção para a realidade que vai muito para além do "caso dos paióis de Tancos" e de alguns outros casos que têm feito manchetes na comunicação social, importa referir situações concretas que vivem os militares que prestam serviço nas Forças Armadas.

Situações que configuram verdadeiros esbulhos, autênticos "roubos", nos seus depauperados orçamentos familiares e que ainda não viram qualquer reversão aos duros ataques que sofreram. Pelo contrário, são confrontados com artimanhas que os penalizam ainda mais".

Conforme temos feito, e continuaremos a fazê-lo por imperativo de consciência de cidadania, denunciámos a situação grave de incumprimento reiterado das normas e condições previstas no Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar no Regime de Contrato e Voluntariado. E este reiterado incumprimento é, claramente e sem margem para dúvidas, responsabilidade de quem tem governado. Hoje e desde que o Regulamento existe!

As experiências profissionais pouco positivas que os jovens em regime de contrato e voluntariado vivenciam é, também, responsabilidade do governo e dos seus serviços associados.

Os jovens (e os pais dos jovens) são iludidos com uma ideia transmitida nos eventos do "Dia da Defesa Nacional" que depois não tem realidade prática na sua passagem pelas fileiras. Este defraudar de expectativas é igualmente da responsabilidade do governo.

Continuar a tentar atrair os jovens acenando-lhes com a perspectiva de "participar em missões no estrangeiro", é um perigo real pois traça uma linha muito ténue entre a consciência de servir o País nas Forças Armadas, com tudo o que tal implique, ou a ideia de ir ganhar mais dinheiro em missões no estrangeiro.

Como há muito dizemos, estas situações devem-se às políticas de sucessivos governos, tendo o último ainda maiores responsabilidades, cujas políticas destruíram e continuam a destruir a Condição Militar, políticas que, sem o apoio das chefias militares, seriam impossíveis de aplicar. Também este aspecto é da responsabilidade do governo.

Servir o País nas Forças Armadas não é um emprego. É um Serviço! É do governo a responsabilidade de não iludir ninguém acerca disto.

Por outro lado, as decisões de reduzir efectivos, de teimosamente alterar os regulamentos e estatutos inerentes à Condição Militar, responsabilidade de sucessivos governos, tem levado as Forças Armadas a um estado exíguo, criando situações de elevadas dificuldades para levar a bom termo o cumprimento de inúmeras tarefas e missões. Se isto é tão visível e sensível para os militares dos Quadros Permanentes (havendo até quem pretenda pôr Sargentos a capinar...), naturalmente que os militares que se encontram ao serviço em regime de contrato e voluntariado não poderão ficar imunes nem indiferentes a tais dificuldades e realidades.

Conforme referíamos a terminar o Comunicado 16/17, *"a melhor publicidade é dada pelo tratamento conferido àqueles que estão ao serviço das Forças Armadas! E esse tratamento, convenhamos, tem estado muito abaixo do nível exigível da decência, do rigor e da honestidade!"* E isto é também e inquestionavelmente, responsabilidade do governo!

Queremos continuar a servir o País, de acordo com o compromisso assumido e o juramento feito perante a Bandeira Nacional e o Povo Português. Por isso vamos continuar a lutar para que se cumpram as Leis da República e se respeite a Constituição!

**A Direcção
18 de Agosto de 2017**